

BRB BANCO DE BRASÍLIA

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: 1



ADVOGADO

PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo a que concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e na capa de folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo a que concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se este caderno contém a quantidade de itens indicada na folha de respostas, correspondente às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo a que concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A justiça deveria tratar de descobrir a inocência e não a culpa.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para as folhas de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e as suas folhas de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na capa de folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O mundo moderno, caracterizado pela globalização,
pela revolução tecnológica e pelo avanço irrestrito da Internet,
sinaliza uma crise mundial complexa, multidimensional, cujas
4 facetas afetam inexoravelmente nossa saúde, nosso modo de
vida e a qualidade do meio ambiente e das relações sociais,
políticas e econômicas. Essa crise, cujas dimensões incluem
7 aspectos intelectuais, morais e espirituais, exige a substituição
da noção de estruturas sociais estáticas por uma percepção de
padrões dinâmicos de mudança: mudanças estruturais em
10 nossas instituições sociais, nos valores e, fundamentalmente,
nas ideias.

É hoje crítico para a sobrevivência de qualquer
13 organização o reconhecimento de que a criatividade é a mola
mestra para o sucesso de seus empreendimentos, sendo
responsável pela própria sustentação das empresas no
16 competitivo mundo dos negócios. Os profissionais criativos e
empreendedores estão sendo cada vez mais valorizados nos
seus ambientes de trabalho. São eles — não as máquinas, nem
19 o capital — os verdadeiros responsáveis pelo sucesso de uma
empresa.

Ângela M.R. Virgolim. *Criatividade e saúde mental: desafio à família e à escola*. In:
A.M.R. Virgolim (org.). *Talento criativo*. Brasília: Ed. UnB, p. 29-30 (com adaptações).

Julgue os itens de 1 a 7 a respeito da organização das estruturas linguísticas no desenvolvimento do texto.

- 1 A substituição de “cujas” (ℓ.3) por **que as suas**, embora confira maior informalidade ao texto, preserva as relações de sentido entre os termos da oração e a correção gramatical.
- 2 Uma forma correta de se evitar a repetição da conjunção **e** no primeiro período sintático do texto seria a substituição de sua ocorrência depois de “vida”, na linha 5, por vírgula, deixando-se todos os termos da enumeração iniciada por “nossa saúde” separados por vírgula.
- 3 No texto, o emprego do substantivo “substituição” (ℓ.7) exige as preposições presentes nos trechos “da noção” (ℓ.8) e “por uma percepção” (ℓ.8), para indicar os dois termos envolvidos na ideia de troca.
- 4 O termo “o reconhecimento” (ℓ.13) pode ser substituído por **reconhecer**, sem que, com isso, sejam prejudicadas a coerência da argumentação ou a correção gramatical do texto.
- 5 Pelas relações de sentido entre os termos da oração, conclui-se que “seus” (ℓ.14) estabelece relações de coesão entre “organização” (ℓ.13) e “empreendimentos” (ℓ.14), o que justifica o emprego da forma pronominal no masculino plural e na terceira pessoa.

6 As relações de sentido estabelecidas no primeiro período do segundo parágrafo evidenciam que a forma de gerúndio em “sendo responsável” (ℓ.14-15) remete a “sucesso” (ℓ.14) e, por isso, o adjetivo está empregado no singular.

7 O desenvolvimento da argumentação no texto permite que a expressão “nos seus ambientes de trabalho” (ℓ.17-18) seja empregada no singular — **no seu ambiente de trabalho** —; mas, como a opção pelo plural exige o uso do plural também em “São eles” (ℓ.18), essa substituição exigiria alterações no último período do parágrafo.

1 **Repórter** – As empresas já se convenceram de que ser ético e socialmente responsável é lucrativo?

Ricardo Young – Quem não enxerga a importância da sustentabilidade corre um sério risco de obsolescência intelectual e analfabetismo em relação ao seu tempo. E não se trata de ser ou não ser lucrativo. A responsabilidade social tem a ver com a capacidade de permanecer ou não no mercado. Em uma empresa socialmente responsável, pode-se catalisar a inteligência instalada e lhe dar uma direção e um sentido. Isso fortalece a empresa, torna-a mais competitiva, aumenta a autoestima e a dedicação dos funcionários, amplia o sentimento de pertencimento — a vida das pessoas, em vez de ser ameaçada pelo trabalho, é fortalecida por ele. Essas empresas têm melhores condições de desempenho e, portanto, de prolongar sua vida.

Ricardo Young. *Revista Planeta*, out./2009, p. 10 (com adaptações).

A partir da organização das estruturas linguísticas e das ideias do texto, julgue os itens de 8 a 14.

- 8 O emprego do adjetivo “lucrativo” (ℓ.2) no masculino deve-se à concordância desse termo com a oração “ser ético e socialmente responsável” (ℓ.1-2).
- 9 A ausência da preposição **de** antes de “analfabetismo” (ℓ.5) mostra que esse termo complementa “corre” (ℓ.4), em paralelo com “um sério risco” (ℓ.4); para que complemente “risco” (ℓ.4), em paralelo com “obsolescência intelectual” (ℓ.4-5), faz-se obrigatório o emprego explícito da preposição.
- 10 Subentende-se da argumentação do texto que, hoje, a capacidade de uma empresa “permanecer ou não no mercado” (ℓ.7) independe do conceito tradicional de lucro.

- 11 Seriam mantidas a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto caso fosse suprimido o pronome de “pode-se” (l.8), deixando-se subentender “empresa” (l.8) como sujeito da oração.
- 12 A função exercida pelo pronome “lhe” (l.9) estaria correta e coerentemente desempenhada pelo pronome **ela**, desde que fosse usada também a preposição **a**, o que resultaria em crase, com a seguinte redação: **dar à ela uma direção**.
- 13 Nas relações de coesão do texto, o pronome “Isso” (l.9) retoma e resume a ideia do período anterior, iniciado por “Em uma empresa” (l.7-8).
- 14 Preservam-se tanto a coerência da argumentação quanto a correção gramatical do período caso se substitua o travessão antes de “a vida” (l.12) pelo sinal de dois-pontos ou pelo de ponto e vírgula.

Em seu quarto pronunciamento após o atentado frustrado da Al-Qaeda a um avião americano no Natal, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, lançou a linha mestra para a reforma do sistema de inteligência americano, que incluirá a revisão dos processos de concessão de visto para os EUA e maior cooperação com outros países para reforçar a revista de passageiros no exterior. Os temores de novos ataques terroristas contra aviões comerciais racharam os 27 países da União Europeia (UE). A proposta de adotar nos aeroportos novos aparelhos de *scanner* capazes de penetrar no tecido das roupas e visualizar o corpo dos passageiros foi rechaçada pela Bélgica.

O Globo, 6/1/2010, p. 29 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

- 15 Ao obter êxito, o atentado ocorrido no Natal de 2009 levou os EUA a se recordarem dos episódios de 11/9/2001 e a admitirem a enorme vulnerabilidade de seu sistema de defesa.
- 16 A organização mencionada no texto ganhou notoriedade mundial ao ser responsabilizada pelos ataques terroristas aos EUA que atingiram parte do Pentágono e destruíram as torres do World Trade Center.
- 17 A UE é considerada a mais avançada experiência de bloco econômico na atualidade, resultante de um esforço que atravessou décadas, iniciado nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.
- 18 O êxito da UE deve-se ao consenso obtido pelos integrantes do bloco em agir de modo uniforme e unânime em áreas vitais como política externa, legislação sobre imigrações e fixação de tributos diversos.

Tida por muitos como o fórum internacional mais importante deste início do século 21, a Conferência de Copenhague (COP15) foi dada como morta e ressuscitada algumas vezes antes mesmo de começar. O megaencontro foi convocado para discutir medidas contra o aquecimento global.

O Estado de S. Paulo, Especial, 27/11/2009, p. H2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a importância e a abrangência do tema que ele aborda, julgue os itens de 19 a 22.

- 19 Apesar das frustrações de muitos e da timidez apontada por diversos observadores, a COP15 foi o primeiro grande fórum mundial a conseguir aprovar um documento que estabelece metas para a redução das emissões de gases que ampliam o efeito estufa.
- 20 O G77, do qual fazem parte formalmente Brasil, China, exportadores de petróleo e países pobres, é um grupo bastante homogêneo, sem grandes divergências internas e que defende a redução gradativa das emissões de CO₂ dos países ricos.
- 21 O Brasil, que levou grande comitiva a Copenhague, manifestou sua posição favorável a um acordo, além de se mostrar disposto a ter metas voluntárias, tendo anunciado metas de cortes em relação às emissões de projetadas para 2020.
- 22 Ao extinguir o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e deixar de organizar a COP15, ao contrário do ocorrido em Estocolmo, no Rio de Janeiro e em Kyoto, a Organização das Nações Unidas explicitou a perda de sua importância relativa no cenário mundial do pós-Guerra Fria.

Julgue os itens que se seguem a respeito da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

- 23 Para a extinção de uma região administrativa, é necessária a aprovação de lei pela maioria absoluta dos deputados distritais.
- 24 É competência do DF, em comum com a União, dispor acerca da limpeza de logradouros públicos, remoção e destinação do lixo domiciliar e de outros resíduos.
- 25 A LODF veda a doação de bens imóveis do patrimônio do DF ou a constituição sobre eles de ônus real, bem como a concessão de isenções fiscais ou remissões de dívidas, sem expressa autorização da Câmara Legislativa, sob pena de nulidade do ato.
- 26 A administração fazendária e seus agentes fiscais têm, em suas áreas de competência e jurisdição, tratamento igualitário aos demais setores administrativos, na forma da lei.
- 27 A administração do DF tem o prazo máximo de trinta dias para fornecer certidão ou cópia autenticada de atos, contratos e convênios administrativos a qualquer interessado, sob pena de responsabilidade da autoridade competente ou do servidor que negar ou retardar a expedição.
- 28 A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeadas diretamente pelo erário, devem ser suspensas quatro meses antes das eleições, ressalvadas aquelas essenciais ao interesse público.
- 29 O julgamento de processos fiscais em segunda instância é de competência de órgão colegiado, integrado por servidores da carreira de auditoria tributária e representantes dos contribuintes.
- 30 Caso um bem do DF seja declarado inservível, em processo regular, ele poderá ser alienado sem licitação, mas não poderá ser doado.

A respeito dos conceitos de tecnologias e protocolos utilizados na Web, julgue os itens a seguir.

- 31 O conjunto de técnicas usadas no protocolo WWW permite a criptografia das conexões de rede realizadas por meio dos protocolos XML, HTTP e FTP.
- 32 O DNS (*domain name system*) é um protocolo de aplicação que faz a conversão de um nome em um endereço IP.
- 33 O uso de HTTPS (HTTP seguro) permite que as informações enviadas e recebidas em uma conexão na Internet estejam protegidas por meio de certificados digitais.
- 34 O protocolo FTP, utilizado para videoconferência na Internet, tem um modo de conexão ativo, em que o cliente negocia os parâmetros da conexão.
- 35 A linguagem HTML é utilizada para formatar o conteúdo de uma página da Internet e pode ser editada com o uso de qualquer editor de texto.

Acerca de segurança e proteção de computadores, julgue os próximos itens.

- 36 Um *worm* se aloja no servidor de *e-mail* e infecta automaticamente o computador do usuário sempre que este realiza uma conexão ao serviço de correio eletrônico.
- 37 O *firewall*, mecanismo que auxilia na proteção de um computador, permite ou impede que pacotes IP, TCP e UDP possam entrar ou sair da interface de rede do computador.
- 38 Um vírus mutante de computador é capaz de assumir múltiplas formas com o intuito de burlar o *software* de antivírus.
- 39 Quando o *firewall* padrão do sistema operacional Windows detecta uma tentativa de ataque por meio do protocolo MSN, ele automaticamente desabilita o *software*, aciona o antivírus e bloqueia o usuário do MSN para evitar novas tentativas de ataque.
- 40 Vírus de computador são capazes de usar arquivos executáveis para se espalhar. Alguns tipos de vírus detectam e contaminam automaticamente arquivos e pastas que podem estar armazenados em um *pendrive*.

Com relação aos aplicativos BrOffice Writer, Calc e Impress, julgue os itens subsequentes.

- 41 O Writer não permite a geração de arquivos do tipo RTF (*rich text format*), entretanto suporta a criação e a manipulação de tabelas.
- 42 O Impress é capaz de exportar uma apresentação para o formato PDF.

A seguir, são apresentadas proposições relativas a um cliente de uma instituição financeira.

- ▶ Se Carlos fizer um empréstimo na instituição financeira, então ele não viajará.
- ▶ Se Carlos não viajar, então ele comprará um carro novo.
- ▶ Se Carlos comprar uma moto ou usar o cartão de crédito, então ele não comprará um carro novo.
- ▶ Se Carlos viajar, então ele usará o cartão de crédito.

Considerando que essas proposições sejam verdadeiras, julgue os seguintes itens.

- 43 A proposição “se Carlos viajar, então ele não fará um empréstimo na instituição financeira” é verdadeira.
- 44 A proposição “se Carlos comprar um carro novo, então ele não comprará uma moto nem usará o cartão de crédito” é falsa.
- 45 A proposição “se Carlos não usar o cartão de crédito, então ele comprará um carro novo” é verdadeira.
- 46 A proposição “se Carlos fizer um empréstimo no banco, então ele comprará uma moto” é verdadeira.

Em determinado dia, dois amigos foram os últimos clientes a chegarem ao atendimento de uma agência bancária, no momento em que quatro operadores de caixa estavam fazendo o atendimento. Nas filas desses caixas estavam, naquele momento, 11, 14, 12 e 10 clientes. Os tempos máximos de atendimento de cada cliente por esses operadores de caixa são iguais, respectivamente, a 3, 2, 2,5 e 2,8 minutos. Até o final do expediente, não ocorreu atendimento especial e os clientes não mudaram de fila até serem atendidos.

Considerando as informações acima e que os dois amigos também foram atendidos, julgue os itens a seguir.

- 47 O tempo máximo esperado para que todos os clientes sejam atendidos é superior a 40 minutos.
- 48 Se todos os clientes estivessem organizados em uma fila única, então o tempo máximo para o atendimento de todos eles seria inferior a 34 minutos.
- 49 Existem 16 maneiras distintas de os dois amigos se posicionarem ao final dessas quatro filas.
- 50 Considerando todas as possibilidades de escolha de filas pelos dois amigos, o tempo máximo em que um deles, após ter sido atendido, ficará esperando até que termine o atendimento do outro é inferior a 4 minutos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos direitos e garantias fundamentais e da organização do Estado, julgue os itens seguintes.

- 51 Conforme expressa disposição constitucional, o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins é considerado crime inafiançável e imprescritível.
- 52 A competência para legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores é concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Com relação ao processo legislativo e aos Poderes Executivo e Judiciário, julgue os itens que se seguem.

- 53 É admissível emenda à Constituição Federal de 1988 (CF) mediante proposta de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação, desde que haja manifestação, em cada uma delas, da maioria relativa de seus membros.
- 54 Constituem competências privativas do presidente da República decretar e executar intervenção federal e exercer o comando supremo das Forças Armadas.
- 55 Determinado membro do Ministério Público estadual que tenha se aposentado no final do último ano está impedido de exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos três anos da referida aposentadoria.

Quanto ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

- 56 Para que a União tenha competência para instituir impostos residuais por lei ordinária federal, é suficiente que estes obedeçam ao requisito de não cumulatividade.
- 57 A imunidade tributária recíproca é extensiva ao patrimônio, à renda e aos serviços de autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas à entidade estatal respectiva.

A respeito da obrigação e do crédito tributários, julgue os próximos itens.

- 58 À União é vedado conceder moratória em caráter geral quanto a tributos de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

No que concerne ao processo administrativo tributário e aos crimes contra a ordem tributária, julgue os itens seguintes.

- 59 A apreensão de mercadorias do sujeito passivo, pela autoridade tributária competente, constitui uma das hipóteses de deflagração do procedimento administrativo fiscal.
- 60 Tipifica crime material contra a ordem tributária, no sentido de reduzir o tributo, prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias, mesmo antes de seu lançamento definitivo.

Acerca da disciplina jurídica dos títulos de crédito, julgue os itens subseqüentes.

- 61 Considere que um emitente de uma letra de câmbio seja analfabeto e não saiba assinar seu nome. Nessa situação, admite-se que o ato cambial seja praticado por procurador nomeado por instrumento público e com poderes especiais conferidos por esse indivíduo analfabeto.
- 62 Na hipótese de emissão de nota promissória a certo termo da vista, o credor deverá apresentar o título ao visto do emitente no prazo de um ano após o saque, sendo a data desse visto o termo *a quo* do lapso temporal de vencimento.
- 63 Aceite é o ato cambial pelo qual o sacado concorda em acolher ordem incorporada por letra de câmbio, nota promissória ou cheque.
- 64 Conforme expressa disposição legal, constitui a cédula de crédito industrial uma promessa de pagamento em dinheiro ou dação de bens imóveis, com garantia real ou fidejussória cedularmente constituída.
- 65 Na emissão de cédula de crédito comercial, a não identificação dos bens objeto da alienação fiduciária cedular não retira a eficácia da garantia.
- 66 É lícita a emissão de cédula de crédito bancário em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiros.

Quanto ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

- 67 A receita proveniente da arrecadação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana constitui hipótese de receita pública corrente.
- 68 Consideram-se dívida ativa não tributária os créditos da União provenientes de multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias.

A respeito da ordem constitucional econômica, da política agrícola, fundiária e de reforma agrária e da lei antitruste, julgue os itens que se seguem.

- 69 Constituem princípios gerais da atividade econômica a soberania nacional, a autonomia estadual e a municipal, a defesa do consumidor e a defesa do meio ambiente, com tratamento isonômico, independentemente do impacto ambiental dos produtos e dos serviços.
- 70 Considere que a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, determinado imóvel rural localizado no estado do Mato Grosso, que não esteja cumprindo sua função social. Nessa situação, todas as benfeitorias do imóvel deverão ser indenizadas mediante títulos da dívida agrária.
- 71 Se, após regular trâmite administrativo, o plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) proferir decisão em desfavor de determinada indústria alimentícia, pela prática de infração à ordem econômica, e essa decisão for descumprida, então, ajuizada execução judicial da decisão do CADE, a mesma terá preferência sobre as demais ações, exceto *habeas corpus* e mandado de segurança.

Com relação ao direito do consumidor, julgue os itens a seguir.

- 72** A condição de consumidor exige a destinação final fática e econômica do bem ou do serviço, mas a presunção de vulnerabilidade do consumidor dá margem à incidência excepcional do Código de Defesa do Consumidor (CDC) às atividades empresariais. Assim, o CDC não incidirá quando o fornecedor comprovar a não vulnerabilidade do consumidor pessoa jurídica.
- 73** Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação é específica, fixando exatamente o valor a ser pago aos consumidores lesados.
- 74** Se a vítima de acidente de trânsito causado por motorista de veículo que promove transporte público coletivo ajuizar ação de reparação de danos contra a empresa de transporte, admite-se que esta chame ao processo o segurador, caso tenha contratado seguro de responsabilidade.

Acerca do direito empresarial, julgue os próximos itens.

- 75** Não se considera empresário o artista plástico, mesmo que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.
- 76** Considere que Pedro e Catarina, casados em regime de comunhão universal de bens, tenham decidido constituir sociedade limitada para atuar no ramo de prestação de serviços de transporte de bens. Nesse caso, Pedro e Catarina estão legalmente impedidos de contratar sociedade entre si.
- 77** Considere que os irmãos Ana e Bento tenham constituído sociedade para atuar no ramo de preparação e venda de alimentos em domicílio e, embora não tenham inscrito o ato constitutivo da sociedade na junta comercial, contrataram alguns empregados e adquiriram instrumentos de trabalho e um automóvel. Nessa situação, os bens e as dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual Ana e Bento são titulares em comum.
- 78** A modificação do contrato social de determinada sociedade limitada que tenha por objeto a denominação desta depende do consentimento da maioria dos sócios.
- 79** Considere que Aldo tenha alienado a Bento o estabelecimento empresarial de determinada sociedade limitada. Nesse caso, não havendo autorização expressa, Aldo não poderá concorrer no mesmo mercado que Bento, nos dez anos subsequentes à transferência.
- 80** Se Noé for sócio fundador de determinada sociedade anônima que atua no ramo de fabricação de embarcações, então o nome Noé poderá constar na denominação da sociedade, que deve ser integrada pelas expressões sociedade anônima ou companhia.

Com relação ao direito falimentar, julgue os itens que se seguem.

- 81** Se Amauri for sócio minoritário de determinada sociedade limitada, sem poderes de administração, então a decretação da falência da sociedade determina o vencimento antecipado das dívidas pessoais de Amauri, com abatimento proporcional dos juros.
- 82** A ação para responsabilização pessoal de administrador de sociedade falida prescreve no prazo de cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão que decretou a quebra.
- 83** No curso de processo falimentar, é lícito que o credor habilite, perante o administrador judicial, seu crédito derivado de relação de trabalho.
- 84** Na falência, os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado preferem aos créditos com privilégio especial, como aqueles cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia.

A administração pública de determinado município adquiriu, sem licitação, certo equipamento de uma empresa, argumentando ser essa a única organização no município e na região a fornecer o produto em questão. O Ministério Público alega que tal aquisição configura ato de improbidade administrativa, pois, conforme atestado do órgão de comércio de registro local, no município há outras empresas que dispõem do produto, com marca similar, qualidade compatível e preços iguais ou inferiores, conforme o caso.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, segundo a Lei n.º 8.666/1993, especialmente quanto aos princípios e às regras de dispensa e inexigibilidade de licitação.

- 85** De acordo com a referida lei, haverá inexigibilidade de licitação quando se configurar inviabilidade de competição.
- 86** Caso a informação prestada pelo Ministério Público, de que há outras empresas que dispõem do produto, seja verdadeira, então a situação em comento não configura inexigibilidade de licitação, especialmente por se tratar de aquisição direcionada que impõe preferência por determinada marca, o que é vedado pela lei em questão.

Julgue os próximos itens a respeito das regras referentes à organização da administração federal, e das regras que distinguem as administrações públicas direta, indireta e fundacional.

- 87** O Ministério da Saúde faz parte da estrutura da administração pública indireta.
- 88** As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica própria e compõem a estrutura da administração pública indireta.

A administração pública de determinado município expropriou o proprietário de um prédio urbano, vizinho a um centro populacional, a fim de promover melhorias nesse centro, justificando o ato de desapropriação por considerar o caso como sendo de utilidade pública.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, com base nas regras da desapropriação.

- 89 A desapropriação, nos termos da situação apresentada, constitui-se como hipótese de intervenção do estado no direito de propriedade, vedada pela legislação pátria, tendo em vista que a CF restringe as hipóteses de desapropriação em solo urbano aos casos em que o proprietário não cumpre com o fim social da propriedade.
- 90 A jurisprudência brasileira não admite a desapropriação indireta.

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens a seguir.

- 91 Em regra, a solidariedade não se presume, necessitando, assim, de estipulação expressa entre as partes. Contudo, se o objeto devido for materialmente indivisível, haverá para todos os fins solidariedade entre os devedores, independentemente de estipulação.
- 92 Considere que Luís e Paulo sejam devedores solidários de Márcio e que Luís venha a falecer. Nesse caso, Márcio não poderá cobrar dos herdeiros a quota devida pelo falecido, pois a eles não pode ser imposta a solidariedade dessa dívida.

A respeito do negócio jurídico, julgue os próximos itens.

- 93 Considere que Raul, tutor de Felipe, tenha adquirido em hasta pública bens penhorados desse último, omitindo do agente público sua condição especial. Nessas condições, a invalidade desse negócio decorre de simulação.
- 94 Suponha que Antônio tenha adquirido de Pedro a propriedade de uma chácara e formalizado o negócio por meio de um recibo assinado pelas partes e por duas testemunhas. Nesse caso, embora ocorra invalidade do negócio, esse fato não afeta a sua existência.

Considerando os contratos e a responsabilidade, julgue os itens subsequentes.

- 95 No contrato de mútuo, o acordo de vontades devidamente firmado pelas partes é suficiente para aperfeiçoá-lo, de modo que se o objeto não for entregue pelo mutuante, o mutuário pode compeli-lo a tanto.
- 96 A respeito do contrato de comodato, é de sua essência a transferência da posse do bem que integra seu objeto. Todavia, no que tange ao comodato de automóvel, mesmo essa transferência não é bastante para eximir o comodante da responsabilidade pelos danos causados pelo comodatário que usa o bem.

Quanto às partes e ao litisconsórcio, julgue os itens que se seguem.

- 97 Considere que Luiz, André e Marcos tenham se obrigado solidariamente a pagar a Felipe a importância de R\$ 2.100,00. Nessa situação, em caso de inadimplência, Felipe deve propor a ação de cobrança contra os três devedores, visto que há entre eles um litisconsórcio unitário.
- 98 Embora o direito reconheça às pessoas naturais e jurídicas a capacidade de serem partes no processo, ele abre exceções em alguns casos, como o do condomínio e o da sociedade de fato, a quem não impõe qualquer limite à sua atuação no processo.

Com relação aos recursos em geral, julgue os itens seguintes.

- 99 É correto dizer que os recursos são um prolongamento do direito de ação capaz de provocar o reexame da decisão impugnada, de modo que o pedido de reconsideração é uma espécie recursal, pois permite a quem prolatou a decisão o reexame do tema.
- 100 Caso a parte prejudicada por uma decisão interponha a este recurso cabível, é direito seu desistir do recurso interposto sem que a parte recorrida se oponha a tal ato. Porém, tal desistência não pode ser feita de forma condicionada.

Quanto à execução em geral, julgue os itens a seguir.

- 101 A lei processual admite que o cessionário do crédito promova a execução, caso em que o cedente poderá permanecer no processo atuando em nome próprio na defesa do interesse do cessionário como substituto processual.

Acerca de contrato individual de trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 102 Segundo a doutrina, a alteração denominada subjetiva limita-se, nos contratos individuais de trabalho, apenas ao polo passivo da relação de emprego.
- 103 Segundo posição consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca da jornada de trabalho dos bancários, regra geral, o sábado é considerado dia de repouso remunerado e não dia útil não trabalhado, razão pela qual incide o pagamento de hora extra habitual sobre sua remuneração.
- 104 Considere a seguinte situação hipotética.
João é funcionário com dedicação exclusiva, trabalha à noite e percebe o respectivo adicional. A empresa, sem o consultar, e optando pelo critério da antiguidade funcional, resolveu, por bem, transferir as suas atividades para o período diurno, entendendo que isso iria favorecê-lo.
Nessa situação, segundo o TST, ainda assim, João faz jus ao adicional noturno, em razão de princípio que veda a redução salarial.

Julgue os itens a seguir a respeito de direito material do trabalho.

- 105** Segundo o TST, na hipótese de aviso prévio indenizado realizado pela empresa, não tendo havido qualquer prazo trabalhado pelo empregado, o término do contrato, para todos os efeitos legais, se opera automaticamente na data da dispensa, sendo o período de trinta dias mera ficção jurídica.
- 106** Considere hipoteticamente que Antônio seja bancário e, na sua vida privada, há cerca de três anos, por diversas vezes, venha sofrendo cobranças administrativas e judiciais de dívidas contraídas legalmente e que não foram devidamente quitadas. Nessa situação, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), configura-se a justa causa para rescisão do contrato de trabalho de Antônio.
- 107** Nos casos de dispensa sem justa causa, rescisão indireta e dispensa com culpa recíproca judicialmente reconhecida, cabe ao empregador o pagamento do acréscimo rescisório de 40% do montante de todos os depósitos realizados do FGTS, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, mediante o depósito em conta bancária vinculada em nome do empregado.

Com relação ao direito processual do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 108** Na hipótese de justo impedimento para sua oportuna apresentação, o TST admite, excepcionalmente, a juntada de documentos por qualquer das partes na fase recursal.
- 109** Considere que Pedro tenha ingressado com reclamação trabalhista perante vara do trabalho incompetente em razão do lugar. Nesse caso, de acordo com a CLT, a empresa deverá arguir, na própria contestação, preliminar de incompetência territorial, sendo certo que, caso tal fato não ocorra, ainda assim o juiz poderá decretá-la de ofício.
- 110** Considere que, após proferir sentença procedente em determinada ação trabalhista, o reclamante quedou-se inerte por mais de dois anos na liquidação do julgado em ato que lhe competia exclusivamente, razão pela qual o juiz decretou a prescrição da pretensão executiva. Nessa situação, somente caberá ao reclamante a interposição do agravo de instrumento no prazo de oito dias.
- 111** Cabe recurso de revista para uma das turmas do TST das decisões proferidas em recurso ordinário por algum dos tribunais regionais do trabalho, em especial quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à CF.

Com relação à instituição sindical e às multas administrativas, julgue os próximos itens.

- 112** De acordo com posição consolidada do TST, o artigo celetista que limita a sete o número de dirigentes sindicais foi revogado pela CF, em razão da manifesta interferência do Estado em assuntos das entidades sindicais.
- 113** O STF julgou inconstitucional a exigência do depósito prévio de determinada quantia como pressuposto de admissibilidade do recurso administrativo, em especial aquele que discute a imposição de multa decorrente da fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao direito previdenciário, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 114** João explora diretamente atividade de extração mineral — garimpo — em caráter temporário e de forma não contínua. Nessa situação, considerando a legislação previdenciária em vigor, João é considerado segurado especial da Previdência Social.
- 115** Pedro trabalhou para uma pessoa jurídica desde 1995, ininterruptamente, tendo contribuído mensalmente para o custeio da seguridade social, durante todo este período, na condição de segurado obrigatório. Em 11/1/2010, Pedro foi demitido sem justa causa. Nessa circunstância e considerando a legislação previdenciária em vigor, Pedro manterá sua qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 11/1/2012.
- 116** Fernando é empregado de pessoa jurídica e, em virtude de enfermidade, ficou incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias, passando a perceber, a partir do décimo sexto dia, o benefício previdenciário denominado auxílio-doença. Após dois meses, a perícia do INSS constatou que Fernando já estava apto para retornar às suas atividades, e determinou a cessação de seu benefício. Um mês após a cessação do referido benefício, Fernando, acometido pela mesma doença, ficou novamente impossibilitado para o trabalho. Nessa circunstância, a pessoa jurídica fica desobrigada ao pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior.
- 117** Maria, contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social, em virtude de problemas em sua gestação, teve que antecipar seu parto em dois meses. Nessa situação, considerando a legislação previdenciária de regência, Maria deve ter pago no mínimo dez contribuições mensais para ter direito ao benefício previdenciário denominado salário-maternidade.

No que concerne ao Regime de Previdência Complementar, julgue os itens subsequentes.

- 118** Suponha que determinada entidade fechada de previdência complementar celebrou operação de fusão societária com outra entidade fechada. Nessa situação, considerando a legislação de regência, a referida reestruturação societária, para sua legalidade, depende de prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador.
- 119** As entidades abertas de previdência complementar podem ser constituídas sob qualquer forma societária.
- 120** Suponha que Marcos adquiriu enfermidade em função de condições especiais em que seu trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente. Todavia, sua enfermidade não consta da relação elaborada pelo órgão competente. Nessa situação, considerando a legislação acidentária de regência, a Previdência Social deve considerar essa enfermidade um acidente de trabalho.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para as **FOLHAS DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de 60 linhas será desconsiderado.
- Identifique-se apenas no cabeçalho da capa de **folha de texto definitivo**, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Um produtor rural deu como garantia de uma dívida os animais que utilizava em seu trabalho, comprometendo-se a saldar o débito no prazo de um ano. Passado esse prazo, o produtor tornou-se inadimplente e o credor manifestou o intento de promover a execução judicial e requerer a penhora do bem, oportunidade em que encontrou resistência do devedor, sob a alegação de que a garantia não foi estabelecida por instrumento público, não contou com a anuência de sua esposa e não importou a transferência da posse dos animais, razões pelas quais seria nula.

Tendo como referência a situação hipotética acima, redija um texto dissertativo em que sejam abordados, necessariamente, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- ▶ o tipo de garantia estabelecida entre as partes e sua natureza;
- ▶ a suficiência dos argumentos do devedor para apontar a sua nulidade.

RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	